

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (I) [Where do the references to taking a political-electoral position? (I)]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Burity, Joanildo
Publisher	Koinonia
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-04 12:36:22
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/223335

De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral?

Por: Joanildo Burity (Diretor da Fundação Joaquim Nabuco)

Vivemos mais um momento eleitoral e, como tem acontecido com frequência, entre silêncio e pronunciamentos *ad hoc* e descoordenados, a comunidade evangélica brasileira exhibe tanto sua inexperiência com o tratamento de questões públicas – sociais, políticas, econômicas, culturais – como sua irredutível fragmentação ideológica. Uma cultura religiosa assentada fortemente na ideia de que os juízos éticos são derivações diretas de uma leitura leiga da Bíblia, a qual, no entanto, é em grande parte a decantação de uma ideologia missionária dominante no momento de implantação do protestantismo no país, tem dificuldades patentes em lidar com a pluralidade social e cultural brasileira.

Mas o aparente monolitismo dessa cultura religiosa também tem dificuldades em se afirmar: desde o fim do regime militar, os evangélicos brasileiros têm demonstrado uma notável capacidade de combinar das maneiras mais extraordinárias seu conservadorismo teológico (embora essa palavra seja forte demais para a maioria dessas pessoas) e suas escolhas eleitorais. Como resultado, apesar de haver uma majoritária afinidade entre conservadorismo religioso e conservadorismo político, a crescente pluralidade socio-cultural brasileira também se reflete entre os evangélicos. Não que isso seja novo entre eles. Mas é notório que nem mesmo os mais empedernidos defensores do apoliticismo e da recusa (sectária) do mundo mantiveram-se imunes às profundas mudanças – boas e ruins – pelas quais o mundo e o Brasil passaram nas últimas décadas. Assim, temos uma grande variedade de categorias sociais e de posições culturais, morais e políticas no interior das igrejas evangélicas e isso vem cada vez mais a público nas disputas eleitorais.

O problema não é que as posições mais disparatadas sejam expressas em cada pleito, indignando uns, regozijando outros (os números para cada lado, obviamente, oscilam, como também mudam os integrantes conforme o tema). É que ainda estejamos tão dependentes do calendário eleitoral e das iniciativas improvisadas dos indignados e dos satisfeitos para trazer ao debate público uma contribuição digna de ser ouvida, mesmo quando marcada pela pluralidade de posições. A ética social e política dos evangélicos brasileiros é de tal fragilidade que assusta, ancorada no seu biblicismo rudimentar (do lado leigo) e no amálgama de conservadorismo ideológico com justificativas bíblicas forçadas (do lado clerical). Desinformação sobre o mundo contemporâneo – local e globalmente; desinteresse pelo acompanhamento das coisas políticas; desconhecimento do legado de pensadores e militantes sociais e políticos cristãos deste e de outros lugares e tempos; e uma tendência incorrigível a se isolar na vida paroquial/congregacional em detrimento de uma prática de serviço no/ao mundo são os ingredientes dessa fragilidade ética. Na hora das escolhas, o dilema: o que fazer? Como responder?

Pois bem, estamos de novo em momento eleitoral. Eis que, novamente, forçados pelas circunstâncias e pelo aparato constitucional brasileiro que, em sua inspiração republicana, exige dos(as) cidadãos(ãs) que votem obrigatoriamente, os evangélicos procuram encontrar os referenciais para suas escolhas. De onde vêm esses referenciais? Pois a experiência mais elementar dessa situação é a de que a Bíblia não tem respostas imediatas, diretas e inconfundíveis sobre em quem votar. É óbvio aos evangélicos que suas posições devem se basear em sua consciência cristã, mas há uma clara dificuldade em mobilizar os recursos

espirituais, éticos e de experiência prática, individuais e coletivos, para guiar essa escolha. A grande maioria fica, então, à mercê da orientação dos pastores, bispos, apóstolos, patriarcas e outras posições de autoridade e poder. E se parece ser fato que os evangélicos acabam votando de forma diferente da orientação de seus líderes, o descompasso entre esse voto e o discurso público predominante testemunha contra a possível expressão progressista do voto evangélico.

Para não falar em abstrato, procurarei organizar essa reflexão com base em três posicionamentos identificados ao longo deste processo eleitoral que podem, a meu ver, lançar luz sobre o desafio de um discernimento político em situações concretas como esta. Refiro-me a um vídeo que ganhou notoriedade nas últimas semanas, em que o pastor batista Paschoal Piragine Jr. orienta sua comunidade em relação à pauta crucial nestas eleições e opina sobre suas escolhas partidárias; a uma declaração da Associação de Batistas Brasileiros, assumindo uma postura quase oposta sobre o mesmo contexto; e uma carta divulgada pela pastora neopentecostal Valnice Milhomens, assumindo abertamente uma das candidaturas presidenciais com base na identidade religiosa da mesma.

Nosso objetivo não será tomar partido de uma ou outra dessas três posições, nem de discutilas em detalhe (sequer as citaremos, por razão de espaço e dos objetivos deste texto, embora remitamos enfaticamente o/a leitor/a a lê-las). Antes, procuraremos refletir sobre como definem seus parâmetros para um discernimento ético-político. Dada a necessidade desse tipo de exercício no campo evangélico brasileiro contemporâneo, nossa análise se dividirá em duas partes: neste artigo, uma análise dos três casos e, num artigo seguinte, uma proposta alternativa mas ancorada nos elementos identificados. Isto significa que a leitura não terá pretensões sistemáticas, embora tenha, sim, a pretensão de ir além deste momento específico da história eleitoral do país.

Os três pronunciamentos são distintos o suficiente entre si para indicar uma variedade de formas como os evangélicos brasileiros têm construído seus posicionamentos políticos nas últimas décadas, num contexto de crescente pluralização e globalização. O primeiro vem do mundo evangélico tradicional e representa um posicionamento em princípio individual, a título de orientação a uma comunidade local. O outro coloca-se claramente como uma resposta a declarações de lideranças conservadoras, sem nomeá-las, vem do mesmo contexto denominacional do primeiro, mas diferentemente representa um posicionamento coletivo resultante de uma deliberação. O terceiro origina-se no campo pentecostal e representa um posicionamento claramente individual, faz uma opção explícita por uma das candidaturas presidenciais existentes, e é dirigido a pessoas não identificadas que venham a aceitar a proposta. Todos dizem exatamente a que vêm: não são pronunciamentos ambíguos e velados. Somente um, no entanto, recomenda voto numa das candidaturas presidenciais. Todos estão marcados pelo uso deliberado das novas mídias como meio de divulgação: no caso, a gravação em vídeo de eventos presenciais para divulgação posterior e o uso da Internet. Publicam-se e circulam intensamente no mundo virtual: mobilizam páginas web, blogs, listas de discussão, sites de relacionamento (*social networks*), correio eletrônico.

Em outras palavras, estão inteiramente à vontade no mundo das novas tecnologias da informação e da comunicação. Reconhecem que aí se joga o destino da formação da opinião, cada vez mais, ainda quando saibamos como é limitado o acesso a esses meios num país como o Brasil. São produzidos com vistas a um acesso potencialmente indefinido: ou seja,

possuem clara vocação para a disputa hegemônica no espaço público, não são meras manifestações de opinião privada para compartilhar com uns poucos. Por fim, não são reflexões neutras – não nos deixemos confundir pelo estilo que utilizam – mas clara indicação de uma posição.

Onde buscam seus referenciais? O primeiro e o terceiro textos começam com a Bíblia. Citam-na para emoldurar ou sintetizar a posição a ser defendida, ou com pretensões de aplicá-la a uma situação particular. Recurso mais do que conhecido e que, por sua própria naturalidade, passa despercebido: trata-se da tática de usar o texto como isca para ressaltar um aspecto dele a ser explorado na aplicação, ou do recurso a identificar situações concretas que seriam interpeladas pelo texto bíblico. Nos dois casos, a mobilização da razão e do sentimento vêm juntos: não se trata apenas do “clima” do discurso, trata-se muito concretamente de que se recorre à produção de evidências que provem uma conclusão – um estado de iniquidade institucionalizada ou o risco de aprovação de leis consideradas injustas – e recorre-se à Bíblia para que a adesão (razão + emoção) que ela suscita nos crentes seja transferida à conclusão proposta pelos dois discursos. Nos dois casos, a Bíblia não é exposta, o texto não é estudado. No vídeo do pastor Piragine Jr., ela sequer é lida. Antes é mencionada e a expressão “a Bíblia diz” refere-se à menção de uma palavra e seu suposto esclarecimento derivado de várias partes. Não se lê um texto específico, não se aponta de onde as menções ao sentido do termo procedem. E a explicação carece de qualquer base exegética ou sistemática, é uma opinião! Cria-se o efeito de que a palavra do pastor baseia-se diretamente na Bíblia e traduz um conhecimento profundo e autoritativo da mesma. Combinada essa operação com as evidências apresentadas em seguida sob forma visual (os olhos não podem mentir!), a mensagem está dada: a autoridade específica de cada uma impõe aos ouvintes/espectadores a injunção de aceitarem a conclusão do pastor.

No terceiro caso, a carta da pastora Milhomens, o texto abre com uma epígrafe bíblica sobre a soberania divina sobre o mundo, que apontaria para um projeto de redenção a se concretizar em cada nação, para então conclamar os leitores a escolherem candidaturas de pessoas cristãs que produzam leis justas. Não fica claro se estas leis seriam a expressão da soberania divina num país plurirreligioso ou se seriam a contribuição específica de cristãos para a construção de um país cristão. Mas o sentido está claro: a religião cristã deve ser o fundamento das instituições políticas e somente ela pode produzir leis justas. Ser injusto e não ser cristão são sinônimos. Por outro lado, a liderança cristã sobre a sociedade é defendida como obra evangelizadora: levar a nação ao arrependimento e orar por ela tornam-se responsabilidades políticas tanto quanto espirituais; eleger cristãos e cristãs é um dos caminhos para a redenção (salvação) do país. O que se espera dos candidatos, neste contexto, é que já tenham construído sua credibilidade como membros de suas igrejas – embora também seja importante que demonstrem competência e experiência, quem sabe testadas na própria política. Demonstração de piedade pessoal e reconhecimento público são os ingredientes básicos a serem considerados pelos eleitores evangélicos.

O texto da Aliança de Batistas é o que destoia do conjunto, assentando-se claramente no desarme do primeiro documento. Embora destine-se ao público geral, tem como alvo primário o público batista, e ao dirigir-se ao público geral o faz reivindicando uma identidade batista. O mais interessante para nosso objetivo aqui é que o texto não recorre em nenhum momento a argumentos bíblicos. Seu conteúdo religioso baseia-se no argumento da história e no recurso a exemplos edificantes da tradição batista. A “demonização do PT” é contestada como

estranha à identidade batista e contrária às evidências das realizações do atual governo. De um lado, atenta contra a tradicional postura de laicidade e liberdade de consciência dos batistas, e de outro, oculta evidências incontestáveis para fixar-se em aspectos subjetivos ou secundários. A declaração recorre a contribuições das ciências sociais e à linguagem do debate político “secular” para informar os eleitores de duas coisas: há um grupo de batistas de esquerda, que não concordam com a posição do pastor Piragine Jr., e que a liberdade de escolha deve ser assegurada mas as escolhas desejáveis são aquelas que contribuem para aprofundar o processo atual e não assumir a pauta proposta pelos conservadores.

Todos os três pronunciamentos tem como pano de fundo a desconcertante realidade da presença das esquerdas – socialista, comunista, social-democrata, e mesmo liberal – na política nacional das últimas décadas. E debatem-se entre apoiar propostas e pessoas deste campo ou rejeitá-las. É visível que a representação clássica da esquerda como irreligiosa ou secularista continua como desconfortável aspecto desse acerto de contas da consciência evangélica brasileira com a realidade política da vida democrática – estou sempre pensando em termos da maioria, não podendo aqui discutir o que é também fato: desde os anos de 1930 temos expressões de esquerda entre os evangélicos brasileiros, ainda que muito marginais, mas este número cresceu exponencialmente desde a luta contra a ditadura militar e é hoje uma minoria inegavelmente importante. Percebe-se ainda que o ponto de confrontação mais sensível entre esquerda e direita aqui se dá em torno da medida em que deve se exercer uma regulação estatal sobre o corpo, particularmente a sexualidade: aborto, homossexualidade e manipulação genética. A iniquidade e a injustiça tornam-se então alvo de uma disputa de sentido: seu lugar é socio-econômico ou biopolítico? A prioridade da ação política é enfrentar a desigualdade, a discriminação, a opressão ou priorizar o controle dos prazeres ou da biotecnologia?

Para concluir esta breve análise, três observações. Primeira, é notoriamente difícil fazer a ligação entre a linguagem dos princípios e da teoria e a ação/escolhas concretas. Este é um campo minado no qual, a despeito de todas as tentativas acumuladas historicamente, dentro e fora do mundo da religião, creio que persiste apenas uma conclusão: sempre há mais de uma leitura possível para todo exercício de fazer essa ligação e as escolhas efetivamente feitas estão fadadas a repetir essa estrutura dilemática e contestável. Em outras palavras, é a “política” que vai cimentar a ligação, não a lógica, nem a superioridade de uma posição sobre outras por sua posse irrefutável da verdade.

Segunda observação: as linhas gerais desse embate, seja entre luta socio-econômica e biopolítica seja entre religiosos pluralistas e religiosos integristas, tem um contexto global, hoje, não é específica do Brasil. Se focalizarmos no campo cristão e evangélico, o primeiro embate refere-se ao acerto de contas entre fé evangélica e socialismo, que se intensificou nos anos de 1970 e 1980, e opõe as bandeiras socio-econômicas e a defesa da laicidade do estado às bandeiras da defesa da fé contra o socialismo e o secularismo (mas não contra a expansão da lógica do mercado para as esferas da política e da cultura). O segundo embate refere-se mais ao acerto de contas entre fé evangélica e pluralismo socio-cultural, esposado por diversas formas de esquerda não- ou pós-marxista influenciadas pelos movimentos de direitos civis, estudantil, feminista, ecológico e gay dos anos de 1960 em diante, que ganharam visibilidade desde fins da década de 1980. Em todos os continentes temos hoje expressões destes embates, em diferentes níveis. Não estamos diante de nenhuma especificidade brasileira e precisamos ser capazes de discernir as direções desse processo muito mais amplamente.

Por fim, o que é característico do Brasil, embora não exclusivo, é a predominância dos traços autoritários de nossa cultura política. É particularmente instrutivo perceber como um segmento relativamente tão recente em suas incursões públicas pelo mundo da representação política, da ação governamental e da militância social como o evangélico ainda seja tão propício a apoiar posições autoritárias, discriminadoras e socialmente regressivas sob o manto de uma suposta “autenticidade cristã” desses discursos. Naturalmente, é também uma marca dessa cultura política que as pessoas não se posicionem de forma rigorosamente consequente com suas crenças, por bom senso ou por dificuldade de fazer a ligação acima indicada. Mas é perturbador perceber a frequência com que posturas intolerantes e conversionistas no meio cristão (uma novidade hoje é o “ecumenismo de direita” entre evangélicos e católicos) se traduzem em posições politicamente excludentes e tendentes a sequestrar o estado para projetos de cristandade.